



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO N° : 10140.002880/96-97  
SESSÃO DE : 10 de novembro de 2000  
ACÓRDÃO N° : 302-34.482  
RECURSO N° : 122.589  
RECORRENTE : CARLOS ALBERTO CESAR OLIVA  
RECORRIDA : DRJ/CAMPO GRANDE/MS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - INCIDÊNCIA DE  
JUROS E MULTAS MORATÓRIOS - JUROS.**

Os juros moratórios têm caráter meramente compensatório e devem ser cobrados inclusive no período em que o crédito tributário estiver com sua exigibilidade suspensa pela impugnação administrativa. MULTA - A multa de mora somente pode ser exigida se a exigência tributária, tempestivamente impugnada, não for paga nos 30 dias seguintes à ciência da decisão administrativa definitiva.

**RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, rejeitar a preliminar de preclusão quanto à multa e juros, arguida pela conselheira Maria Helena Cotta Cardozo, vencido, também, o Conselheiro Henrique Prado Megda. No mérito, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir a multa, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os conselheiros Paulo Roberto Cuco Antunes que dava provimento integral e Henrique Prado Megda que negava provimento.

Brasília-DF, em 10 de novembro de 2000

HENRIQUE PRADO MEGDA  
Presidente

FRANCISCO SÉRGIO NALINI  
Relator

**23 SET 2002**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LUIS ANTONIO FLORA, LUCIANA PATO PEÇANHA MARTINS, PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR. Ausentes os Conselheiros HELIO FERNANDO RODRIGUES SILVA e ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIAREGATTO.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

**RECURSO N° : 122.589  
ACÓRDÃO N° : 302-34.482  
RECORRENTE : CARLOS ALBERTO CESAR OLIVA  
RECORRIDA : DRJ/CAMPO GRANDE/MS  
RELATOR(A) : FRANCISCO SÉRGIO NALINI**

**RELATÓRIO**

Trata o presente processo de discordância do recorrente com o lançamento do Imposto Territorial Rural – ITR, do exercício de 1996, do imóvel denominado “Fazenda Cuelhambi” registrado na Receita Federal sob o nº 1.582.532-9, localizado no município de Dourados - MS, medindo 3.872-5 ha, na importância de R\$ 9.356,30.

A autoridade singular acolheu em parte os argumentos da recorrente com as seguintes razões apresentadas na ementa (Decisão de fls. 85-91):

**Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR**

**Exercício: 1996**

**VALOR DA TERRA NUA – VTN**

O lançamento que tenha sua origem em valores oriundos de pesquisa nacional de preços da terra, publicados em atos normativos nos termos da legislação, é passível de modificação se, na contestação, forem oferecidos elementos de convicção, embasados em laudo técnico elaborado em consonância com as normas da Associação de Normas Técnicas.

**ÁREAS ISENTAS**

As áreas isentas estão relacionadas na lei e não alcançam as consideradas como imprestáveis, ocupadas com benfeitorias e reflorestadas com essências exóticas, as quais são excluídas, da área total do imóvel, apenas para o cômputo do grau de utilização da terra.

**LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE**

Intenta a interessada, às fls. 17-20, recurso voluntário contestando a incidência de multa e juros da parcela remanescente.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO N° : 122.589  
ACÓRDÃO N° : 302-34.482

VOTO

O recurso é tempestivo e, tendo atendido aos demais pressupostos para sua admissibilidade, dele tomo conhecimento.

Trata o presente processo de cobrança do ITR de 1996, onde alega a requerente que não caberia a incidência de multa e juros, uma vez que impugnou o lançamento antes do vencimento do imposto.

Passamos a analisar a incidência da multa de mora de 20%, lançada na notificação de cobrança. Diz o art. 33 do Decreto nº 72.106/73, *in verbis*:

*"Art. 33. Do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, contribuições e taxas, poderá o contribuinte reclamar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, até o final do prazo para pagamento sem multa dos tributos".*

O Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes, quando detinha a competência de julgamento deste tributo, já havia firmado jurisprudência sobre esse assunto, considerando que a multa de mora somente é devida após trinta dias da ciência da decisão administrativa definitiva.

Os juros e a correção monetária são devidos. Os juros possuem natureza compensatória e sua cobrança encontra respaldo no Decreto-Lei nº 1.736/79, que prevê a sua incidência inclusive no período em que a exigência do crédito tributário esteja suspensa. Já a correção monetária se trata de mera atualização das perdas inflacionárias.

Nestes termos, dou provimento parcial ao recurso para excluir da notificação a multa de mora lançada, mantendo os juros de mora.

É o meu voto

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2000

FRANCISCO SÉRGIO NALINI - Relator



100

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**— 2<sup>a</sup> — CÂMARA**

Processo nº: 10140.002880/96-97

Recurso nº : 122.589

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à 2<sup>a</sup> Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdão nº 302-34.482.

Brasília-DF, 21/02/2001

MF - 2.º Conselho de Contribuintes

Henrique Brado Allegro  
Presidente da 2.<sup>a</sup> Câmara

Ciente em:

23/09/2002

FERNANDO FELIPE BU-FAN

PFN / D.F